

Cenário Político



Márcio Reinheimer
marcio@jornalibia.com.br



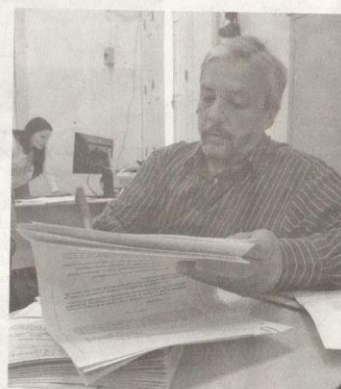
Esperança

Os vereadores Marcos Gehlen (PT) e Carlos Einar de Mello (PP) estiveram em Brasília, esta semana, junto com prefeitos da região - incluindo Paulo Azeredo - para cobrar novas liberações de verbas para a estrada Transcitus. Na audiência com o ministro do Turismo, Henrique Eduardo Alves, Gehlen reforçou a importância da obra, especialmente para Montenegro. Num tom mais enfático, lembrou que a cidade é a maior produtora de citros do Estado e que, sem o asfalto, o escoamento da safra fica comprometido. Alves prometeu novidades para os próximos dias.

A (falsa) economia do prefeito

Esta semana, o prefeito Paulo Azeredo publicou o decreto número 6.788, que dispõe sobre medidas de contenção, controle de despesas e restrições orçamentárias. De acordo com o chefe do Executivo, trata-se de uma medida preventiva, já que não estão ocorrendo problemas de fluxo de caixa. Contudo, a arrecadação dos primeiros meses do ano teria ficado aquém do esperado, acendendo o sinal amarelo na Secretaria da Fazenda. O que chama a atenção no decreto, porém, é que nenhuma das medidas propostas representa impacto positivo direto nas finanças. O texto veda, por exemplo, o pagamento de horas extras em todos os setores, "ressalvadas aquelas decorrentes de serviços urgentes e emergentes, devidamente justificados e previamente autorizados...". Como este é exatamente o conceito de hora extra, o decreto parece chover no molhado. A menos que hoje não esteja havendo esse controle mais rigoroso, com flagrante prejuízo aos cofres públicos.

Obviedades - O decreto também "restringe" a aquisição de equipamentos e materiais permanentes em todas as secretarias, "exceto aqueles previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e aqueles que, para o desempenho das atividades, se fizerem necessários". Novamente, o texto resvala para o óbvio. Para que o leitor entenda: o administrador público não pode investir um centavo em compras se não houver previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias. E certamente o BOM gestor público não adquire nada que não seja absolutamente necessário ao atendimento das necessidades dos contribuintes. Era de se esperar que, na Administração Paulo/Alderana, este critério já estivesse sendo seguido à risca desde o primeiro dia de governo, independentemente de haver ou não decreto.



Vetos - As medidas de maior impacto contidas no decreto atingem especialmente o funcionalismo público. Entre elas, a suspensão de cursos, seminários, congressos e simpósios, além da restrição ao pagamento de diárias. Da mesma forma, o texto estabelece a suspensão do pagamento de licenças-prêmio, um direito adquirido pelo funcionalismo. Um dia, esta conta terá de ser paga. Ano que vem, provavelmente, pois haverá eleições e aí será necessário fazer alguns "agradinhos" em troca de votos.

Desperdício - Basta uma breve leitura para verificar que o decreto 6.788 nada mais do que é um factóide para demonstrar que a Administração Municipal está preocupada com os efeitos da crise na economia montenegrina. Qualquer iniciativa nesta área só será válida e terá resultados se vier acompanhada de uma profunda mudança comportamental, que comece pelas chefias. O desperdício dos recursos decorrentes da cobrança de impostos não é, via de regra, culpa dos servidores. O dinheiro some no pagamento de assessores incompetentes, nomeados politicamente, incapazes para realizar as tarefas que lhes cabem.

Contradições - De outro lado, pedir que os funcionários economizem água, luz e telefone é importante, mas reduzir a quantidade de Cargos de Confiança teria um efeito muito maior. Porém, a Administração sequer cogita essa possibilidade. Ao contrário, no mesmo dia, o prefeito anunciou a retomada dos "estudos" para a criação de mais três secretarias: a da Mulher, a da Juventude e a da Segurança e Trânsito. No mínimo, há um descompasso entre o discurso e a prática.

Rapidinhas

Justiça - O vereador Roberto Braatz (PDT), único dos dez edis que ainda não tinha assessor de gabinete, decidiu contratar a ex-servidora da Legislativa Janete Zirbes, afastada por questões políticas na semana passada, para trabalhar com ele. Acredita que é uma forma de reparar a "injustiça" do presidente Márcio Müller (PTB) ao afastar uma pessoa competente e esforçada, que dedicou 22 anos de trabalho à Câmara.

Nepotismo - Um dos filhos do vereador Dorivaldo da Silva (PDT) foi nomeado para a Diretoria de Trânsito da Prefeitura. Caso clássico de nepotismo cruzado. O pai jura que não sabia de nada.

Feriado - Por mais importante que seja a nova Unidade de Saúde do Trabalhador, instalada na Timbaúva nesta sexta-feira, a inauguração, às 7 horas da manhã de um feriado, fez muito CC rodar no teste de "dedicação" ao prefeito.

Como assim? - A defesa do prefeito tentou matar na Justiça o processo de Impeachment alegando que não foram seguidos os ritos do regimento interno da... Câmara dos Deputados. Para o presidente Márcio Müller (PTB), a alegação se situa na "zona cinza entre o apedutismo (ignorância) e a má-fé".

Quantidade X qualidade

Sem alarde, para evitar maiores desgastes num momento em que a Câmara se prepara para julgar o prefeito e, quem sabe, cassá-lo, alguns vereadores começam a se armar para convencer a população da necessidade de aumentar o número de cadeiras no Legislativo. O principal argumento é que a cidade, com mais de 60 mil habitantes, possui praticamente o mesmo número de vereadores (dez) do que o menor município da região, Maratá, que conta com 2.649 moradores e nove pessoas no Legislativo. O argumento não pode ser desprezado, mas é importante ponderar que nem sempre quantidade é sinônimo de qualidade. Ainda mais quando todos recebem salários e têm assessores bancados pelo contribuinte.

Levantamento - Por lei, a decisão deve ser tomada até o final do mês de setembro. Para subsidiar o trabalho de convencimento dos montenegrinos, foi elaborado um levantamento da relação habitantes-vereadores em cidades com mais ou menos o mesmo porte de Montenegro. Veja os resultados nas dez que foram consultadas:

Cidade	População	Vereadores
Parobé	55.056	15
Taquara	57.072	15
Carazinho	61.875	13
São Gabriel	62.692	15
Montenegro	62.861	10
São Borja	63.089	15
Campo Bom	63.767	11
Cruz Alta	63.946	15
Camaquã	65.628	15
Farroupilha	68.030	15
Venâncio Aires	69.521	15

Custo - O vereador Dorivaldo da Silva (PDT) informou, na quinta-feira, que fará uma proposta aos colegas de Legislativo. Que se aumente para 15 o número de vagas, mas que o gasto com salários permaneça o mesmo. Ele sonha que os colegas aceitariam dividir por 15 aquilo que hoje é pago aos dez. De qualquer forma, a tentativa é válida.

Salários - Hoje, cada vereador recebe R\$ 6.256,97, o que significa uma folha mensal de R\$ 62.569,70. Dividindo o valor por 15, sobrarão R\$ 4.171,31. Resta saber se os vencimentos dos assessores de gabinete vão cair na mesma proporção. Seria a lógica.